

Reflexões sobre formação docente para inclusão escolar a partir de Histórias de pessoas com síndrome de Down.

Reflections about teacher training for school inclusion from the stories of people with Down syndrome.

Vanessa Helena Santana Dalla Déa^{1*}, Camila de Velasco e Vieira¹, Vicente Paulo Batista Dalla Déa², Ana Flavia Teodoro de Mendonça Oliveira¹

RESUMO

Esse artigo busca apresentar as histórias dos caminhos de busca à inclusão de pessoas com síndrome de Down na educação e aprendizagem como instrumento de formação docente para inclusão. Trata-se de um estudo qualitativo com pesquisa de campo, por meio da história de vida de pessoas com Síndrome de Down, a partir de relatos de pais. Participaram dessa pesquisa 10 pais de adolescentes/ adultos com Síndrome de Down que fazem parte da Associação Síndrome de Down de Goiás. Os resultados indicaram que as experiências desastrosas foram relacionadas como: falta professor de apoio, exclusão dos momentos festivos, falta de conhecimento sobre características na síndrome de Down, preconceito e discriminação, falta de afetividade, turmas grandes, segregação, falta de pedagogia apropriada para aprendizagem e alfabetização, entre outras. As experiências exitosas indicaram como fator positivo a presença de: planejamento das práticas pedagógicas, bom relacionamento com colegas, afetividade, espaço amplo e com natureza, respeito ao tempo de aprendizagem, conhecimento, empatia e participação dos pais.

Palavras-chave: Formação docente; história de vida; Síndrome de Down.

ABSTRACT

This article seeks to present the histories of the search paths for the inclusion of people with Down syndrome in education and learning as an instrument of teacher training for inclusion. This is a qualitative study with field research, through the life history of people with Down Syndrome, based on reports from parents. Ten parents of adolescents/adults with Down Syndrome who are part of the Goiás Down Syndrome Association participated in this research. The results indicated that the disastrous experiences were related to: lack of teacher support, exclusion of festive moments, lack of knowledge about characteristics in Down syndrome, prejudice and discrimination, lack of affection, large classes, segregation, lack of appropriate pedagogy for learning and literacy, among others. The successful experiences indicated as a positive factor the presence of: planning of pedagogical practices, good relationship with colleagues, affection, ample space with nature, respect for learning time, knowledge, empathy and parental participation.

Keywords: Teacher training; life's history; Down's syndrome.

¹ Universidade Federal de Goiás – UFG. *E-mail: vanessasantana@ufg.br

² Colégio Tecnológico do Estado de Goiás (COTEC)

INTRODUÇÃO

A luta pela igualdade, acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência é iniciada na década de 70 com o fortalecimento de outros grupos sociais que tinham seus direitos negados. Na década de 80 a luta e aquisição dos direitos reforça-se resultando na integração das pessoas com deficiência nas escolas, no entanto em salas separadas e a maioria em escolas especiais. Até hoje muitos ainda continuam frequentando instituições especializadas ou não têm acesso à escola (MAZZOTTA, 2001).

Apenas na década de 90, com a Declaração de Salamanca e outros documentos, inicia-se o movimento de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas. A partir desse momento muitas leis e diretrizes são estabelecidas proporcionando direitos das pessoas com deficiência na educação, como Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, Lei nº 13.146/15, entre outras (BANDEIRA; ROCHA; DALLA DÉA, 2020).

Os números de estudantes com deficiência matriculados no ensino, escola e classes comuns, aumentou de 1998 para 2006 de 43.923 para 325.316 alunos incluídos, o que resultou em um aumento de 640%. Apesar de menos significativo, o aumento desses estudantes na educação especial também evoluiu de 337.326 matrículas em 1998 para 700.624 em 2006, com crescimento de 107% (BRASIL, 2008).

No entanto, a partir de 2016 vivenciamos mudanças, cortes orçamentais e novas diretrizes com sentido contrário à inclusão na educação comum. Em 30 de setembro de 2020 foi promulgado o Decreto 10.502/20, o qual foi questionado e repudiado por dezenas de entidades de defesa das pessoas com deficiência, considerando-o um retrocesso no processo de inclusão escolar. Em dezembro de 2020 esse decreto foi suspenso em medida cautelar (ROCHA; MENDES; LACERDA, 2021). A suspensão segue mantida até o momento de submissão desse artigo.

Assim podemos verificar que a inclusão das pessoas com deficiência na educação comum tem vivenciado progressos e retrocessos intensificados com a pandemia da Covid-19.

Quando se trata da inclusão da pessoa com deficiência intelectual, a necessidade maior é de acessibilidade pedagógica, atitudinal e comunicacional. Muitos professores têm tido dificuldades na alfabetização de pessoas com deficiência intelectual, algumas vezes por falta de formação docente (PLETSH E GLAT, 2012; VIEIRA, OLIVEIRA E

DALLA DÉA, 2017).

A pessoa com SD tem algumas características que podem dificultar seu desenvolvimento cognitivo no ambiente escolar como: hipotonia muscular, dificuldade de fala, possível dificuldade auditiva e visual, problemas de saúde na infância, dificuldade de entendimento de regras e limites sociais, e principalmente a deficiência intelectual (DALLA DÉA; DUARTE, 2009).

Um dos lemas das pessoas com deficiência que busca protagonismo e respeito a sua participação na sociedade é o “Nada sobre nós sem nós”. As pessoas com deficiência e suas famílias vem buscando protagonismo na luta por políticas públicas para educação de qualidade e inclusiva (PLETSCH; SOUZA, 2021).

Essa pesquisa teve como objetivo identificar e analisar a percepção de pais de pessoas com SD sobre a história na inclusão na escola comum de seus filhos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa transversal, com utilização da técnica da história de vida (GLAT, 1988) e analisada por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Participaram da pesquisa 9 mães e um pai de pessoas com SD. Uma das mães pesquisadas tem dois filhos com SD. Assim foram analisadas as histórias de 11 pessoas com SD, com idade média de 21,18, variando de 13 à 35 anos. Os nomes dos participantes foram trocados por nome de flores para preservar suas identidades.

A pesquisa foi realizada na Associação Síndrome de Down de Goiás (Asdown), instituição sem fim lucrativos, que busca os direitos das pessoas com SD, tem mais de 700 associados, mas apenas aproximadamente 10% é atuante na associação (FARIA, 2019). Dentre os adolescentes e adultos da Asdown boa parte com SD não sabe ler e escrever (SANTOS, 2019).

Dividiremos esse artigo em três capítulos. O primeiro apresenta as situações exitosas encontradas nas histórias, o segundo apresenta as situações desastrosas e o terceiro discute a formação docente e formas de ampliar a inclusão escolar e aprendizagem.

1 EXPERIÊNCIAS EXITOSAS NA HISTÓRIA DAS PESSOAS COM SD NA EDUCAÇÃO

As praticas inclusivas exitosas podem ser incluídas na formação docente como exemplo e incentivo. Nesse sentido, este capítulo abordará alguns relatos que mostram quais ações docentes podem maximizar a inclusão e aprendizagem das pessoas com SD.

Para iniciar nossa discussão sobre as histórias trazemos o relato da mãe da Orquídea que passou por uma escola inclusiva em que o planejamento dos professores e profissionais para diversidade era aparente e foi importante para o desenvolvimento de sua filha:

Era um projeto educativo muito lindo, planejado com muito cuidado e conduzido, de forma muito carinhosa, por duas irmãs pedagogas... foram experiências muito positivas. Por exemplo, foi lá que vivemos, pela primeira vez, o tão especial e potencialmente difícil momento para mães e filhos: a separação pelo primeiro “dia de aula”. Foi uma experiência bem tranquila, muito bem orientada pelas profissionais e que não me traz nenhum pesar ao me lembrar, aliás muito pelo contrário. Havia o sistema de agenda e os registros eram feitos diariamente. O diálogo era facilitado e amável... Os registros mais importantes nos relatos deste período, se referem mais à socialização e pequenas noções de autonomia em meio à ludicidade própria das propostas educativas desta fase, a educação infantil. Relatos estes que além de sempre atestarem boas respostas por parte da Orquídea, falavam do especial interesse dela em passar boa parte do tempo escolar às voltas com um tracajá de médio porte e seu laguinho artificial feito de pedras, que havia no quintal da escola... Ela sempre gostou imensamente de animais de todas as características (Mãe de Orquídea).

Para além de um espaço escolar agradável e atrativo, nesse relato fatores que podem colaborar para a formação docente é a questão do planejamento e do acolhimento. A necessidade de um planejamento adequado para a escola inclusiva é discutido em diversas literaturas (ABREU, 2009; MAHL, 2012; FILUS, 2011; ABREU, 2009). Segundo Dalla Déa e Dalla Déa (2020) as “estratégias pedagógicas mais acertadas vêm de um planejamento bem realizado”, os autores dizem é comum encontrar no ambiente escolar a falta de “possibilidade, incentivo e condição para o planejamento do trabalho com a pessoa com deficiência”. A formação docente pode favorecer proporcionando conhecimentos para o planejamento educacional individualizado que visa o desenvolvimento de cada estudante e suas especificidades, mas também um planejamento consciente para respeito e valorização da diversidade na escola.

Outro fato verificado no relato da mãe da Orquídea, que favorecia a inclusão e aprendizagem na escola inclusiva, é o conhecimento sobre as características específicas da SD e estratégias para minimizar as dificuldades, ela relata que:

A professora era uma profissional estudiosa e de imensa competência e generosidade, conhecia as características das crianças, as habilidades e dificuldades. Havia um planejamento educacional individual. A diretora apoiava imensamente a todas as famílias. Sentíamos-nos entre amigos e o clima era por todo o tempo em que estivemos lá de alegria, otimismo e estímulos de vida e estímulos pedagógicos. Com o tempo,

caminhamos para a pré-alfabetização. Lembro-me de todos os esforços para isto. A professora percebeu que os lápis próprios para desenho, daqueles HB ou 6B, com miolo de grafite mais macio, eram melhores para o traçado da escrita e isto foi algo que ajudou muito para que a “Orquídea” se sentisse mais estimulada a pegar o lápis, segurar, fazer os riscos e traçados e desenhos. E isto devido à hipotonia muscular, característica da Síndrome de Down, que acarreta a dificuldade motora e menor destreza para os movimentos mais delicados como os que a escrita requer, a coordenação motora fina (Mãe de Orquídea).

O artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão relata que a educação é um direito da pessoa com deficiência em um sistema educacional inclusivo durante toda vida, que esse se estende ao aprendizado e máximo desenvolvimento possível, respeitando as características, interesses e necessidades de cada estudante. O artigo 28 apresenta que a formação docente deve atender a demanda de professores de apoio especializado, mas, que também deve proporcionar conhecimentos específicos para todos os professores que irão atuar na escola, com inclusão de conteúdos curriculares na formação docente superior de temas relacionados à pessoa com deficiência (BRASIL, 2015).

A importância da boa relação com os colegas e com a professora aparece no relato da mãe do Cravo que cita:

Aos três anos, resolvi colocar numa escolinha particular, pois tinha muito medo de que alguém o maltratasse em casa, foi bem recebido e a convivência com as outras crianças ajudou no desenvolvimento da fala e na socialização. Troquei de escola, foi bem acolhido, apaixonou por uma professora a ponto de não aceitar mudar de turma, mesmo tendo passado de ano (P4)

A interação com os colegas de sala para a criança com SD é de extrema relevância, uma vez que possibilita sua socialização e o prepara para a vida na comunidade onde está inserido. Del Prette e Del Prette (2001) afirma que o processo de interação social, é uma das mais importantes tarefas de desenvolvimento inicial da criança. Smeha e Seminotti (2008) relatam que em situações onde não há a mediação do professor as crianças, de uma maneira geral, reagem ao colega com SD com estranheza e distanciamento.

No relato do pai da Tulipa é possível verificar que a filha tem vivenciado bom relacionamento com os colegas de sala, isso por eles a acompanharem durante a trajetória escolar:

Muitos colegas de sala da “Tulipa” estão na escola há anos, acabam acompanhando o desenvolvimento dela, já a conhecem bem, respeitam suas dificuldades e características e valorizam seus acertos (Pai de Tulipa)

Como dissemos a deficiência intelectual é uma das características da SD o que pode dificultar ou até impedir a alfabetização completa (NETO; DALLA DÉA, 2020). A leitura é um importante instrumento para qualidade de vida e desenvolvimento de todas as pessoas. A leitura é um meio de desenvolvimento que traz ao indivíduo autonomia, promovendo sua capacidade de interpretação do “mundo” (CAVALCANTI, 1997).

A diversidade do desenvolvimento e alfabetização das pessoas com SD foi observada nos relatos. Considerando-se as dez histórias aqui analisadas, segundo a percepção dos pais, cinco pessoas com SD aprenderam a ler total ou parcialmente, e seis não conseguiram aprender à ler.

Ensinar uma pessoa com SD pode levar mais tempo, necessidades de repetir a informação, proporcionar diferentes estímulos, utilizar-se de conteúdos que façam sentido e que estimulem a aprendizagem. Essas ações pedagógicas que ampliam a possibilidade de aprendizagem de todas as crianças em uma sala de aula, mas no caso da pessoa com deficiência intelectual pode fazer a diferença na aprendizagem e devem ser abordadas na formação docente.

Para Mills (2003), qualquer criança tem suas particularidades e deve ser tratada na escola de modo especial e único, onde a interação com o grupo é essencial para o desenvolvimento das capacidades sociais, fora da esfera familiar. No entanto, pelas complexidades da SD, o trabalho exige preparo do professor e de todos que fazem parte da equipe da instituição escolar:

[...] educar uma criança com Síndrome de Down é um trabalho complexo, pois necessita de organização e adaptações de ordem curricular que requer um acompanhamento cuidadoso dos educadores, pais e da sociedade para que seus objetivos sejam atendidos (Mills, 2003 p.90).

O aprendizado das habilidades de leitura, escrita e interpretação é complexo, principalmente para pessoas com deficiência intelectual. Neste aspecto, Silva e Barreto (2012, p.150), explicam que:

Sabe-se, entretanto, que o desenvolvimento cognitivo da criança com Síndrome de Down por muito tempo vem sendo considerado estático, o que dificulta o desenvolvimento da mesma no âmbito escolar. Ou seja, embora a Síndrome de Down tenha como uma das características a deficiência intelectual o que, diga-se de passagem, é um atraso considerável em todas as áreas do desenvolvimento, não se pode precisar um padrão de desenvolvimento de todas as crianças afetadas, considerando que o desenvolvimento da inteligência não está ligado diretamente à alteração cromossômica, mas também a toda sua carga genética, e a interação com o meio.

A mãe do Lírio e da Gerbera relaciona o fato de seus filhos estarem sendo alfabetizados com sucesso às ações pedagógicas devidamente planejadas, material adaptado, respeito ao tempo de aprendizagem e presença de profissional de apoio:

Sempre tiveram professores de apoio. Sempre tiveram livros! Professores, sempre atenciosos. Percebi que sempre queriam mais para eles, mas a escola dentro do seu tempo, não tinham interesse e, então, dificultavam os professores a avançarem (Mãe da Gérbera e Lírio).

Outro fato positivo que os pais de Orquídia, Ortência, Iris, Amor perfeito e Tulipa sinalizam na inclusão das pessoas com SD, é a demonstração de aceitação e afetividade pelos professores de apoio, professores regentes, diretores e funcionários.

Nas palavras de Vygotsky (2001), as emoções são também pressupostos para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial da criança. Ele diz que:

Nenhuma forma de comportamento é tão forte quanto aquela ligada a uma emoção. Por isso, se quisermos suscitar no aluno as formas de comportamento de que necessitamos teremos sempre de nos preocupar com que essas reações deixem um vestígio emocional nesse aluno (VYGOTSKY, 2001, p. 143).

Para De Paula e Faria (2010, p. 1):

Precisamos não só ensinar o currículo, mas ensinar a amar, a ter empatia com o outro, e isso só se dá através do afeto e da afetividade. Para isso, precisamos da família e do lúdico, pois é através do lúdico que podemos ensinar com afeto.

A participação da família na inclusão escolar pode favorecer o processo, proporcionando para os professores e profissionais da escola informações importantes sobre o desenvolvimento da pessoa com SD e trazendo segurança para o estudante (DALLA DÉA, DALLA DÉA; 2020). Na pesquisa de Gomes (2012), 70% das famílias de pessoas com deficiência participam de forma moderada ou total na inclusão de seus filhos. Diferente dos resultados encontrados por Mahl (2012) que verificou que uma das dificuldades encontradas pelos professores foi a falta de apoio das famílias na educação dos alunos com deficiência. Essa diferença de resultados mostra que não temos como generalizar a atitude das famílias de pessoas com deficiência.

Em nosso estudo verificamos no relato do pai de Tulipa que participa ativamente da educação da filha:

Todas as vezes que não gostamos de algum procedimento da escola, eu e minha esposa questionamos e somos ouvidos. Lembro-me de um dia em que todas as carteiras da sala estavam viradas para frente e a professora de apoio virou as carteiras dos alunos com deficiência para

outro lado para facilitar esse atendimento. Entendemos a dificuldade da professora, mas entendemos também que isso marcava e estigmatizava ainda mais os alunos. Questionamos com respeito, apontando o que pensávamos e fomos atendidos prontamente. E assim tem sido, mas quando nossa crítica não vai ao encontro do que a escola pensa, discutimos e chegamos em um consenso (Pai da Tulipa).

O trabalho em equipe, realizado por pais e escola, traz benefícios aos alunos com SD. Oliveira e Resende (2022) relatam que “a educação inclusiva funciona com base numa rede de apoio” e que “é essencial que instituições, como as próprias escolas e famílias, além dos educadores trabalhem juntos”.

A mãe de Iris menciona a importância do bom relacionamento da família com a escola:

Quando estudava na quarta série, a professora de inglês me reclamou que a dicção dela não era boa e tinha que fazer fono, fiquei triste e expliquei a ela que uma das maiores dificuldades para os Down é a fala, mas graças a Deus teve professores e coordenadores maravilhosos, que me procuravam para nos reunirmos e encontrarmos um jeito melhor para ajudá-la a superar as dificuldades escolares (P6).

Segundo o artigo 28 da Lei Brasileira de Inclusão é direito a “participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar” (BRASIL, 2015). Assim na formação docente deve ser abordado a importância da família e formas positivas de relacionar-se com esse ambiente.

Finalizando as descrições das vivências positivas relatadas pelos pais na escola inclusiva das pessoas com SD, apresentamos um relato do pai da Tulipa sobre o atual tempo de pandemia:

Atualmente, vivemos um momento de pandemia do COVID19, estamos em casa há mais de um mês e já faz uns quinze dias que todos os alunos estão tendo aulas online. Eu tenho acompanhado a “Tulipa” como “professor de apoio”, aqui em casa, e tenho me surpreendido com o carinho dos colegas com ela e com a iniciativa de alguns professores para incluí-la nos conteúdos tratados com todos, sem esquecer de respeitar suas dificuldades e eficiências (Pai da Tulipa).

Conhecer experiências positivas é importante para nos mostrar que a atuação docente inclusiva e eficiente tem sido vivenciada na escola comum. A formação se torna mais eficiente quando não toma como exemplo apenas desastres pedagógicos e proporciona uma visão da possibilidade, do exemplo e da esperança por uma educação mais inclusiva e de qualidade real.

2 EXPERIÊNCIAS DESASTROSAS NA HISTÓRIA DAS PESSOAS COM SD

NA EDUCAÇÃO

Da mesma forma que as experiências positivas podem ser usadas com sucesso na formação docente, as experiências desastrosas também devem ser utilizadas, como forma de visualizar os problemas da educação inclusiva.

A oferta de profissional de apoio está prevista na legislação como um direito da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015). As pessoas surdas necessitam do intérprete de Libras, as pessoas cegas possuem direito de profissional leitor (e material em Braille), as pessoas com deficiência física, em alguns casos, necessitam de profissional para apoio na higiene ou alimentação, no caso do nosso estudo, as pessoas com SD, ou seja, com deficiência intelectual, necessitam do professor de apoio. Esse professor de apoio está previsto na Lei Brasileira de Inclusão, mas, vimos no nosso estudo que a falta deste é relatado como um problema por oito dos dez pais pesquisados. A mãe de Margarida aponta que:

Entrou com 5 anos na escolinha comum ...ficou 02 anos, fez a formatura e saiu com 07 anos para a Escola Municipal..De lá saiu com 08 anos, por não ter Professor de Apoio (Mãe de Margarida).

A mãe de Hortência também vivenciou a falta de professor de apoio:

Com nove anos, ela foi para escola regular, sala com mais de trinta alunos e sem professor de apoio. Sempre teve o respeito e atenção de alguns professores heróis, que, mesmo sem tempo, a ajudavam muito, alguns colegas também a ajudavam com as tarefas de sala (Mãe de Hortência).

Pudemos verificar na história apresentada pela mãe de Hortência que apesar do reconhecimento da mãe ao esforço e trabalho dos professores da filha, sem o professor de apoio, segundo a mãe, a alfabetização só aconteceu pelo auxílio que a irmã dava em casa.

Como já dissemos, a pessoa com SD e sua aprendizagem apresenta especificidades que podem ser melhor atendida pelo coletivo de professores e profissionais da escola com a presença de um profissional especialista ou professor de apoio. O trabalho colaborativo entre professor de apoio e professor regente pode favorecer a aprendizagem e inclusão da pessoa com SD e de todos os estudantes na escola (DALLA DÉA; DALLA DÉA, 2020). Segundo Costa (2017, p.11):

O trabalho colaborativo tem como objetivo unir os conhecimentos e habilidades dos professores do ensino comum e da Educação Especial para que juntos possam estabelecer objetivos e planejar ações a fim de

enfrentar os desafios vivenciados para atender a diversidade de alunos.

As atividades festivas no ambiente escolar são momentos importantes no ambiente escolar pois é onde os estudantes interagem com a sociedade e a família vai para a escola. Dificilmente vemos esses momentos festivos e sua importância incluídos nos conteúdos da formação docente. No entanto o relato da mãe do Cravo aponta que, entre outros problemas vivenciados na escola, ele e a família não eram convidados a participar desses momentos.

Fui obrigada a procurar escola em outro setor. Chegando, foi acolhido, mas senti a não participação nos acontecimentos festivos, ficou sem atividades, porque não tinha professor de apoio, senti falta do planejamento Educacional específico. Na minha visão, ele perdeu tempo precioso nesta escola (Mãe do Cravo).

Outro problema expresso nesse mesmo relato, é a falta de planejamento para atender as especificidades da pessoa com SD. Já discutimos anteriormente o quanto o planejamento é importante. Para iniciar um planejamento educacional individualizado, além dos conteúdos a serem ensinados e conhecer as características da pessoa com SD, é fundamental e deve fazer parte da formação docente. Alguns pontos importantes de serem abordados na formação docente para inclusão e aprendizagem de estudantes com SD estão previstos na Lei Brasileira de Inclusão são:

- planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;
- adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
- pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva (BRASIL, 2015).

A falta de formação docente para atender as pessoas com deficiência está presente em algum momento em todos os relatos analisados. Os relatos apresentam fatos que poderiam ser minimizados com professores mais bem preparados e sensíveis, que acabavam produzindo comportamentos inadequados por parte dos estudantes.

Mesmo gostando de alguns colegas e da professora, ela ficava pouco tempo na sala ... Eu acredito que o processo ali se dava por haver inexperiência por parte deles e a falta de vínculo por parte da “Orquídea” e nesse meio tempo ela dispersava... Não se sentia pertencente (Mãe de Orquídea).

“Girassol” driblava todos com suas peraltices... Em reunião da Coordenação da Escola com os pais, ficou acordado que em função das circunstâncias e do fato de o colégio àquela época não ter professor de apoio ou mediador para acompanhamento individual, a permanência do aluno com tais características naquele quadro, representava grande desafio para o qual a escola não estava ainda preparada, inclusive a integridade física do aluno (Mãe de Girassol).

Chegamos a Goiânia quando a “Tulipa” tinha 6 anos, prestes a iniciar a alfabetização. Fomos a uma escola mais perto de casa que foi indicada por uma mãe que encontramos que tem uma menina com Síndrome de Down. Não sentimos que a “Tulipa” estava feliz e a professora reclamava que ela ficava embaixo da mesa a aula toda e dificilmente se comunicava. Não sentimos confiança na escola e em poucos meses trocamos para a escola que a “Tulipa” está até hoje (Pai de Tulipa).

Mendes e Freitas (2008) demonstram em seu estudo que comportamentos inadequados podem ser minimizados com formação docente com foco na solução de problemas.

Sem formação que discuta essas questões podem acontecer situações em que o docente interprete de forma incorreta e diferenciada comportamentos inadequados por parte de crianças com e sem deficiência como aconteceu na situação vivenciada e contada pela mãe de Orquídea:

E foi o que aconteceu. As crianças que não tinham Down e que eram a maioria, quando morderam os coleguinhas foram vistas, no máximo como ‘custosinhas’ ou “uma bênção”, como diziam as professoras, ironicamente. Mas há uma triste tendência, mesmo no meio pedagógico onde infere-se que os profissionais tenham estudado a respeito do desenvolvimento fisio- psicoemocional da criança, a rotular, taxar as crianças com diferenças de “agressivas”, “díficeis” ... E aí, então, exclusão é uma consequência. Esta escola fechou poucos anos depois (Mãe de Orquídea).

Outras partes dos relatos analisados nessa pesquisa trazem uma triste visão de realidade de momentos de preconceito e discriminação, também falta de afetividade, acolhimento e sensibilidade por parte de alguns professores.

Mas o tempo de permanência nesta escola não completou um ano, antes disso a inadaptação fez com que saíssemos. O último dia foi quando a “Orquídea” fugiu da escola. Enfim, quando a coordenadora me sugeriu que eu desse uma “boa surra” na Orquídea, fiquei me questionando sobre a sanidade emocional que os sistemas escolar e social vigentes na nossa sociedade estão infligindo às pessoas (Mãe de Orquídea).

Ficou um ano sem estudar, pois a escola não tinha professor de apoio e não aceitavam que ele fosse para as aulas sem que o governo enviasse um apoio. Sofreu preconceito e discriminação pelos professores e funcionários de uma instituição. Chegou ao ponto de um

dia na porta da sala de aula, a professora recusar a recebê-lo sem nenhuma explicação cabível (Mãe do Amor-Perfeito).

Um certo dia, saí mais cedo e fui buscá-lo. Ao chegar na escola, era a saída dos alunos do turno matutino. Parei bem em frente à escola e permaneci dentro do carro esperando que todos os alunos saíssem. Então, presenciei cenas que partiam o meu coração de mãe, cada criança que saía recebia um beijo das professoras. “Girassol” nunca foi beijado por nenhuma delas, nem na entrada tampouco na saída da escola! (Mãe de Girassol).

Despertar afetividade no professor pelo estudante com deficiência, por meio de formação docente, pode ser um processo complexo considerando-se os preconceitos e estigmas ainda presente na sociedade. Mas a sensibilização e o conhecimento do direito à não discriminação e da importância da afetividade no processo ensino aprendizagem podem minimizar situações como estas na escola. “A afetividade é a capacidade de provocar mudanças no outro a partir de sentimentos despertados nele através da interação e da troca de experiências. Ela pode fazer com que o educando se apaixone pelo conhecimento e descubra o prazer em aprender” (MARQUES, 2004, p. 9).

A falta de formação docente e conhecimento dos gestores escolares do direito das pessoas com deficiência e suas famílias levam à dificuldade de pais em encontrar uma escola que de fato praticasse a inclusão dentro de suas premissas e perspectivas. O direito de matrícula, inclusão e aprendizagem está previsto na legislação brasileira mas os pais ainda enfrentam dificuldade em matricular seus filhos.

Tentamos... uma escola mantida por uma instituição que propaga valores humanos cristãos, mas lá nos foi dito categoricamente para procurar outra escola onde houvesse pessoas que soubessem realmente atuar na educação inclusiva, porque eles não tinham. (Mãe de Orquídia).

Tentei colocar em uma escola no setor que eu morava, mas não quiseram recebê-lo, utilizaram, com pretexto, a falta de vaga e assim fui obrigada a procurar escola em outro setor (Mãe de Cravo).

Oliveira e Resende (2022) relatam que a educação é “questão constitucional do bem-estar e da dignidade das pessoas”. Negar a matrícula de pessoas com deficiência na escola é fechar suas portas para o respeito da diversidade que existe em todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após décadas de muita luta, as pessoas com deficiência têm direitos

conquistados, principalmente o direito à acessibilidade e inclusão. Mas hoje a educação inclusiva não tem como objetivo apenas a inclusão das pessoas com deficiência, mas, busca transformar a educação para todas as pessoas, atendendo com qualidade todas as diversidades, eficiências e deficiências.

A presença das pessoas com deficiência nas escolas proporciona conflitos, movimentação resistências, resulta em reflexões e leva a mudanças de paradigmas. Ainda temos um longo caminho pela frente para chegar a efetivação de todos os direitos, mas já temos muitos passos percorridos refletidos nesse estudo com as vivências exitosas.

Nesse artigo pudemos visualizar os entraves e os avanços da educação inclusiva vivenciado em cada uma das histórias de nossas flores. Alguns pontos negativos abordados como a falta de profissional de apoio, estrutura, materiais adaptados e mesmo a formação docente podem ser ampliados com políticas públicas eficientes.

Certamente o que mais floresceu nessas histórias foram as vivências exitosas relatadas e não foram poucas. Exemplos de planejamento das boas práticas pedagógicas, bom relacionamento com colegas, acolhimento e afetividade, espaço amplo e com natureza na escola, respeito ao tempo de aprendizagem, conhecimento, empatia e participação dos pais na escola foram vivenciados pelas flores trissômicas.

Acreditamos que o passo mais certo e potente nessa caminhada é a formação docente. São os professores que estão modificando a escola e é com sua força que se modifica uma sociedade. Uma escola para todos, que respeita direitos, que empondera as pessoas, que valoriza a diversidade é a escola que torna a sociedade mais humana, inclusiva e produtiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. R. G. **Inclusão na educação física Escolar**: abrindo novas trilhas. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrado em educação física. Programa de Pós-Graduação em educação física, 2009.

BANDEIRA, A.; ROCHA, C.; DALLA DÉA, V. H. S. **Se inclui**: formação docente para inclusão e acessibilidade [Ebook]. Goiânia: Cegraf UFG, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 30 jan. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAVALCANTI, Z. (Org.). **Alfabetizando**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

COSTA, C. R. **Análise de princípios para o trabalho colaborativo**: um estudo com professores de educação física e do atendimento educacional especializado. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2017.

DALLA DÉA, V. H. S.; DALLA DÉA, V. P. B. **Guia de inclusão na educação física na escola comum** [Ebook]. Goiânia: Cegraf, UFG, 2020.

DALLA DÉA, V. H. S.; DUARTE, E. **Síndrome de Down**: informações, caminhos e histórias de amor. São Paulo: Editora Phorte, 2009.

DE PAULA, S. R.; FARIA, M. A. de. **Afetividade na Aprendizagem**. Revista Eletrônica Saberes da Educação, Volume 1, nº 1, 2010.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das Relações Interpessoais**: vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2001.

FARIA, K. R. de. **Ações culturais no processo comunicativo das pessoas com síndrome de Down**. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

FILUS, J. F. **Amarrações e arrumações na inclusão escolar do município de Hortolândia, SP**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de educação física. Programa de Pós-Graduação em educação física, 2011

GLAT, R. **Somos todos iguais**. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

GOMES, A. E. G. **Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar em escolas públicas municipais de Fortaleza (CE)**. Tese de Doutorado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Distúrbios do Desenvolvimento, 2012.

MAHL, E. **Práticas pedagógicas dos professores de educação física frente a inclusão de alunos com deficiência**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós- graduação em Educação Especial, 2012.

MARQUES, R. de S. V. **Afetividade e Aprendizagem**. 2004. Universidade Candido Mendes. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/6/RENATA%20MARQUES%20DE%20SOUZA%20VIEIRA.pdf>. Acesso em: 30 jan 2022.

MAZZOTTA, M. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, E. G.; FREITAS, M. C. de. **Análise funcional de comportamentos inadequados e inclusão**: uma contribuição à formação de educadores. Temas em Psicologia, Vol. 16, no 2, 2008.

MILLS, N. D. **A educação da criança com Síndrome de Down**. In:

- SCHWARTZMAN, J. S. Síndrome de Down. 2. Ed. São Paulo:Memnon: Mackenzie, 2003.
- NETO, A. M.; DALLA DÉA, V. H. S. **Cultura Digidown**: formação de professores para a inclusão de estudantes com síndrome de Down. Goiânia, GO: MEDIA LAB / CIAR UFG, 2020.
- OLIVEIRA, R. R. F. de; RESENDE, L. M. de M. **Educação inclusiva**: uma questão constitucional do bem-estar e da dignidade das pessoas. *Conjecturas*, 22(1), 263–279, 2022.
- PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. de **Educação comum ou especial?** Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, vol. 16, núm. 2, Esp., 2021.
- PLETSCH, M.; GLAT, R. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual**: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. *Linhas Críticas*. 18. 2012
- ROCHA, L. R. M. da; MENDES, E. G.; LACERDA, C. B. F. de. **Políticas de Educação Especial em disputa**: uma análise do Decreto Nº 10.502/2020. *Práxis Educativa* [online]. vol.16, 2021
- SANTOS, T. S. dos. **Alfabetização e letramento de estudantes com síndrome de Down**: indicações a partir das percepções de professores sobre a vivência de estudantes com síndrome de down em uso do software alfabetização fônica computadorizada. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2019.
- SILVA, I. A.; BARRETO, M. F. F. **Análise das modalidades de desenvolvimento cognitivo nas crianças com Síndrome de Down**. *Caderno Intersaberes*, v. 1. N.1, jul./dez., 2012.
- SMEHA, L. N.; SEMINOTTI, N. Inclusão e Síndrome de Down: Um estudo das relações interpessoais entre colegas de escola *Psicol. Argum.* 2008 jan./mar., 26(52), 73-83
- VIEIRA, D. B.; OLIVEIRA, A. F. T. de M., DALLA DÉA, V. H. S. **A formação continuada cultura digidown e a construção dos saberes sobre a sexualidade das pessoas com síndrome de down**. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 99-120, jul./dez. 2017
- VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Recebido em: 03/02/2022

Aprovado em: 05/03/2022

Publicado em: 10/03/2022